

A BATALHA DOS TOPÔNIMOS: REVERSÃO TOPONÍMICA NOS PRIMÓRDIOS DA CIDADE DE BELO HORIZONTE

THE BATTLE OF TOPONYMS: TOPONYMIC REVERSION IN THE BEGINNINGS OF THE CITY OF BELO HORIZONTE

César Nardelli Cambraia 1

Maria Cândida Trindade Costa de Seabra 2

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar o processo de reversão toponímica na cidade de Belo Horizonte efetuado pela Lei Municipal nº 182, de 13 de outubro de 1919. A análise teve como fundamento teórico os modelos taxonômicos de toponímia de Dick (1990) e Seabra (2016). Testou-se a hipótese de que a reversão foi motivada pelo fato de as mudanças precedentes na toponímia da cidade, entre 1908 e 1918, não estarem em conformidade com os padrões de atribuição de topônimos de Aarão Reis no planejamento da cidade em 1895. Defendeu-se que a hipótese procede em função de ter havido a inovação de homenagear figura pública vinculada à área da ciência com a Lei Municipal nº 127, de 3 de abril de 1917, tipo de prática ainda inexistente no sistema de 1895. Entretanto, foi possível identificar também um embate de fundo ideológico, relacionado à visão de mundo dos envolvidos, com oposição entre o acadêmico e o político.

Palavras-chave: Onomástica. Toponímia. Belo Horizonte. Linguística Histórica. Mudança linguística.

Abstract: This study aimed to analyze the process of toponymic reversion in the City of Belo Horizonte carried out by Municipal Law no. 182, of October 13, 1919. The analysis was based on the taxonomic models of toponymy by Dick (1990) and Seabra (2016). It was tested the hypothesis that the reversion was motivated by the fact that the previous changes in the city's toponymy, between 1908 and 1918, did not conform to the patterns of place names attribution of Aarão Reis in the city planning in 1895. It was argued that the hypothesis proceeds due to the innovation of honoring a public figure linked to the area of science with Municipal Law nº 127, of April 3, 1917, a type of practice that still did not exist in the system of 1895. However, it was also possible to identify an ideological clash, related to the worldview of those involved, with opposition between the academic and the political.

Keywords: Onomastics. Toponymy. Belo Horizonte. Historical Linguistics. Linguistic change.

-
- 1 Pós-doutor em Linguística Românica na Universitat de Barcelona (UB) e em Lexicologia e Terminologia na Universidade de Brasília (UnB). Doutor em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular de Filologia Românica na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-2). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2115893286364349>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2403-3021>. E-mail: nardelli@ufmg.br
 - 2 Pós-doutora na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular de Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Líder do Grupo Mineiro de Estudos do Léxico (GruMEL/UFMG/CNPq). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0209259220684913>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4827-0635>. E-mail: mseabra@letras.ufmg.br

Introdução

O estudo da toponímia, uma das chamadas *ciências do léxico*, é notavelmente rico porque os nomes de lugares refletem os processos históricos da formação da sociedade. Os estudos de toponímia geralmente tratam dos padrões mais comuns de atribuição de nome a logradouros: (a) a atribuição do primeiro nome a um logradouro novo (e, por isso, ainda não nomeado); ou (b) a atribuição de um nome novo a um logradouro antigo (e, por isso, já nomeado). No presente estudo pretende-se discutir um caso incomum (uma vez que se trata de evento raro): o de revogação da atribuição de um nome novo a um logradouro antigo e já nomeado, ou seja, um caso de *reversão toponímica*.

Atribuição e reversão de topônimos nos primórdios de Belo Horizonte: síntese dos fatos

A atual cidade de Belo Horizonte foi fruto de um projeto de mudança de capital do Estado de Minas Gerais levado a cabo em fins do séc. XIX. A construção foi executada pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), chefiada pelo engenheiro paraense Aarão Reis (1853-1936), entre 1891 e 1897, ano este em que houve a inauguração da nova capital. Durante esse processo, Reis apresentou um conjunto documental cartográfico com quatro plantas da nova cidade: através do Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895, aprovou-se “a planta geral e definitiva da cidade de – Minas – futura Capital do Estado de Minas Geraes”. No referido conjunto documental cartográfico, a maior parte dos logradouros já apresentava o respectivo nome, embora houvesse algumas variações entre eles (CAMBRAIA; SEABRA, 2022).

Com base no *Dicionário Toponímico da Cidade de Belo Horizonte* (GOMES, 1992), foi possível verificar que houve diversas mudanças na toponímia da zona urbana da cidade desde então.

Nos primeiros vinte anos passados desde a inauguração da cidade em 1897, houve três mudanças na zona urbana, todas de atribuição de novo nome para logradouros que já possuíam nome, na seguinte ordem cronológica¹:

(a) a *Avenida da Liberdade*² foi renomeada como *Avenida João Pinheiro* (Decreto Estadual nº 2276, de 29 de outubro de 1908)³;

(b) a *Avenida Carandaí* passou a *Avenida Silviano Brandão* (Lei Municipal nº 42, de 13 de novembro de 1909)⁴; e

(c) a *Praça 14 de Fevereiro* assumiu o nome de *Praça Barão do Rio Branco* (Decreto Estadual nº 3452, de 14 de fevereiro de 1912)⁵.

A primeira alteração após essas três foi uma mudança conjunta de topônimos com a Lei Municipal nº 127, de 3 de abril de 1917 (cf. anexo 1), promulgada pelo então prefeito Cornélio Vaz de Melo⁶. Houve dois tipos de mudança:

(a) Atribuição de primeiro nome para praça que existia entre a Rua Curvelo, a Rua Floresta e

1 Em função da grande variação na forma dos topônimos no conjunto documental cartográfico encaminhado por Reis, adota-se nesta seção uma versão uniformizada deles, tomando como referência o nome na respectiva norma de alteração.

2 Ao longo deste estudo, emprega-se itálico no nome de logradouro sempre que a forma do topônimo for relevante para a discussão.

3 Durante o mandato do Presidente do Estado de Minas Gerais Júlio Bueno Brandão, entre 27 de outubro de 1908 e 3 de abril de 1909. Este era vice de João Pinheiro, que faleceu durante seu próprio mandato como Presidente do Estado em 25 de outubro de 1908. A homenagem, portanto, se deu quatro dias após o falecimento deste. É importante pontuar que a primeira mudança na toponímia da cidade partiu da esfera estadual, e não da municipal, sendo esta última a mais comum nesse tipo de processo.

4 Durante o mandato do prefeito Benjamin Franklin Silviano Brandão (filho de Francisco Silviano de Almeida Brandão, o homenageado, falecido em 1902), entre 16 de abril de 1909 e 7 de setembro de 1910. Essa norma tinha duas particularidades: determinava que (a) “Não poderão d’ora avante, ser mudados os nomes de ruas e avenidas, desde que taes nomes se refiram á nossa chorographia ou á nossa historia patria” (art. 2º) e que (b) “A nenhuma rua, avenida ou praça e a nenhum edificio publico poderá ser dado o nome de cidadãos ainda vivos” (art. 3º).

5 Durante o mandato do Presidente do Estado Júlio Bueno Brandão, entre 7 de setembro de 1910 e 7 de setembro de 1914.

6 Mandato entre 7 de setembro de 1914 e 7 de setembro de 1916.

a Avenida do Contorno: *Praça São João del-Rei*;

(b) Atribuição de novo nome para logradouros que já possuíam nome, com as seguintes correspondências: (i) *Avenida da Mantiqueira* → *Avenida Oswaldo Cruz*; (ii) *Praça da República* → *Praça Afonso Arinos*; (iii) *Avenida do Parque* → *Avenida Mantiqueira*; (iv) *Rua da Liberdade* → *Rua José de Magalhães*; (v) *Rua Paraibuna* → *Rua Américo de Macedo*; e (vi) *Rua Monte Alegre* → *Rua Bernardo de Figueiredo*.

Logo depois houve mais duas mudanças com a Lei Municipal nº 156, de 31 de outubro de 1918, já no mandato do prefeito Afonso Vaz de Melo⁷, sobrinho do responsável pela lei anterior:

A *Rua de Curitiba* foi renomeada como *Rua General Mitre*; e

A *Rua da Liberdade*, que já tinha recebido novo nome pela lei de 1917, recebeu novamente outro nome (como se ainda tivesse o primeiro), o de *Rua Bias Fortes*.

Esse mesmo prefeito promulgou a Lei Municipal nº 182, de 13 de outubro de 1919 (cf. anexo 2), com duas decisões surpreendentes:

(a) Restabelecimento do nome das ruas, avenidas e praças da cidade “de acordo com a planta aprovada pelo Decreto nº 817, de 15 de Abril de 1895”; e

(b) Manutenção excepcional do nome de *Avenida João Pinheiro* para a que apresentava antes o nome de *Avenida da Liberdade* e tinha sido a primeira a passar por mudança (em 1908).

Desse episódio, a questão essencial a ser discutida é: *por que houve uma mudança conjunta em 1917 seguida de uma quase completa reversão em 1919?*

Na opinião de Gomes (1992, p. 12-13), a reversão teria ocorrido por ter havido um desrespeito à coerência da lógica interna da toponímia de Belo Horizonte dada por Aarão Reis:

A toponímia original, dada por Aarão Reis, tinha uma lógica interna que, se tivesse sido mais respeitada, facilitaria muito a vida dos habitantes da cidade. Seguindo a direção norte-sul, a partir da Avenida Dezanete de Dezembro, temos ruas com nomes de tribos indígenas, nomes de poetas, de inconfindentes mineiros e outros personagens históricos.

Na direção leste-oeste temos os estados brasileiros e as cidades mineiras. As praças tinham sua denominação centrada nas datas históricas do Brasil, de Minas e da cidade. As avenidas vinham com nome dos grandes rios brasileiros e de personagens históricos. Quando uma rua, que seria batizada com o nome de um estado, duplicava esse nome com o de um rio, como o Paraná e o Amazonas, ela recebia o nome da capital deste estado, no caso Curitiba e Manaus.

A planta da cidade era uma verdadeira aula de história e geografia do Brasil. Até a preocupação de preservação da cultura indígena, hoje tão atual, está presente nas vias com nomes das diversas tribos. Esta coerência, entretanto, durou pouco. Cidade jovem, com uma população de forasteiros que não se sentiam ligados a ela, Belo Horizonte, desde o início de sua existência, teve sua toponímia desrespeitada.

Esse desrespeito chegou a tal ponto que já em 1919 o prefeito Afonso Vaz de Mello decide restaurar o plano original pela lei Nº 183 de 13 de outubro daquele ano, que diz em seu artigo 1º: “[...]Fica restabelecida a nomenclatura das ruas, avenidas e praças da Capital, de acordo com a planta aprovada pelo decreto nº 817 de 15 de abril de 1895 [...]”, ou seja, a Planta da Cidade de Minas, criada por Aarão Reis.

A interpretação de Gomes (1992) é certamente esclarecedora, mas deixa uma questão em aberto: de que forma as mudanças anteriores a 1919 violaram a coerência da lógica interna do

7 Mandato entre 7 de setembro de 1916 e 7 de setembro de 1922.

sistema de Reis? O presente estudo pretende apresentar um aprofundamento dessa discussão, com base em uma análise mais sistemática de dados sobre a toponímia da cidade de Belo Horizonte, a fim de compreender essa “batalha dos topônimos” da década de 1910.

Fundamentação teórica: a mudança na toponímia

A toponímia ou, atualmente, a toponomástica, é o campo da linguística que se ocupa do léxico toponímico, através do estudo da origem, motivação, variação e mudança dos nomes próprios de lugares. Embora esses nomes formem uma classe que eventualmente se mantêm intacta por anos ou até por séculos, conservando, assim, a história de um tempo passado, eles podem passar por mudanças: tal fato surpreende os linguistas que supõem que esses nomes se preservam da ação do tempo (SEABRA, 2016). Dauzat (1926, p. 58) já defendia que os nomes de lugares são mais acessíveis às mudanças do que os nomes comuns, pois aqueles estariam isolados na língua sem a sustentação dos membros de toda família de palavras em que se inserem estes.

Em se tratando da onomástica urbana, o topônimo é sempre mais revisitado e mais vezes alterado, já que é vulnerável, pois pode ser modificado por decretos e por atitudes de autoridades locais.

Na maior parte dos centros urbanos, predomina a toponímia de natureza antropocultural, isto é, aquela que tem seu léxico motivado por forças sociais, por membros de grupos que se interagem, por pensamentos que variam, podendo-se citar a religião, a política, a arte. Desse modo, é na toponímia urbana, ainda pouco estudada, que se encontram as mais relevantes marcas culturais de uma sociedade. Já na toponímia rural (em áreas do campo), são os nomes de lugares motivados por elementos da natureza física que são os mais presentes⁸.

É sabido que a variação e a mudança de um signo linguístico são devidas não só a fatores internos, mas também a fatores externos ao sistema linguístico. Em se tratando de nome de lugar, Dauzat (1926, p. 45) distribui as mudanças em *espontâneas* e *sistemáticas*. A *mudança espontânea*, segundo esse teórico, se dá após invasões ou conquistas de um território. Já a *mudança sistemática* independe de conquistas: ela evoca, em geral, o nome de um soberano ou autoridades de uma região e é imposta com o objetivo de homenagear alguém.

Os nomes de logradouros urbanos, quando alterados, encaixam-se, de acordo com a terminologia proposta por Dauzat (1926), nas *mudanças sistemáticas*, uma vez que são mudados segundo a vontade de autoridades e, muitas vezes, evocam o nome de alguém que essa autoridade quer homenagear. Na categoria de mudança sistemática inclui-se, também, o caso de *reversão toponímica* que trata o presente estudo, ou seja, o de revogação da atribuição de um nome novo a um logradouro antigo e já nomeado.

Certo é que a nomeação de um lugar, seja ele urbano ou não, é estabelecida segundo atitudes e personalidades próprias de cada nominador ou de um grupo mais amplo a que é dada essa tarefa. Sobre esse ato de nominar, Dick (1990, p. 55), discorre:

As razões que impulsionam esse fazer ou esse mecanismo de ação distribuem-se em dois planos genéricos: um objetivo ou extrínseco, outro, subjetivo ou intrínseco, estendendo-se o primeiro como uma projeção, no topônimo, das circunstâncias exteriores ou meramente ambientais, e, o segundo, como uma vinculação do indivíduo aos seus próprios designios ou à sua maneira de “perceber” e “sentir” o local.

Dick aponta, ainda, que essa é uma dificuldade com que o pesquisador tem de lidar, já que ele não consegue penetrar na mente do nominador: o pesquisador “se vê tolhido pela dominância de um meio psicológico” e “falta-lhe conhecimento prévio dos reais ‘motivos’ ou da verdadeira ‘intencionalidade’” manifesta na forma toponímica considerada (DICK, 1990, p. 55). Importante

8 A identificação desses padrões tem se dado através de análise de dados de diversas pesquisas (SANTOS, SEABRA, 2016; SEABRA; SANTOS, 2022).

torna-se, portanto, em um estudo toponímico, analisar a sociedade e as pessoas responsáveis pela nomeação dos logradouros que se quer designar.

Uma vez designado, o nome do lugar se desvincula do nominador, atingindo o nível pragmático e se tornando um símbolo linguístico em que o significado importa menos do que a referência que ele indica.

Em seu estudo sobre a dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo, entre 1554 e 1897, Dick (1996, p. 366) constatou que, embora os portugueses vivessem inicialmente em um contexto de predominância da língua tupi no Brasil até certa época, ainda assim nomearam os logradouros com a língua portuguesa: procurou-se “conscientemente ou não, a manutenção de seu próprio código de língua na geografia serrana, quando não era isto que acontecia em nível da fala” (DICK, 1996, p. 363)⁹. Verificou também que, do séc. XVI ao XIX, predominaram as formas espontâneas de nomeação, que “surtem naturalmente em um local como decorrência de fatos generalizados do próprio ambiente”. Essas formas poderiam se modificar em função de fatos concretos: se um logradouro estava vinculado ao nome de um morador, sua morte poderia levar ao acréscimo de “defunto” junto à expressão toponímica e, posteriormente, até mesmo a desuso da forma vinculada ao morador falecido. Outro tipo de mudança na expressão toponímica estava relacionado à adoção de uma fórmula mais direta, ocorrida sobretudo em torno do séc. XIX: assim, p. ex., a “rua que vai de Santo Antônio para a Misericórdia” passou a simplesmente “rua da Misericórdia” (DICK, 1996, p. 368). Segundo a pesquisadora pode perceber, a formação histórica da toponímia de São Paulo teve como peculiaridade os fatos de que a população nomeava de forma espontânea os logradouros e de que os camaristas (oficiais da Câmara) aceitavam as designações, tornando-as oficiais: não havia distanciamento entre a forma de chamamento popular e a oficial (DICK, 1996, p. 367). Durante o séc. XVII teriam começado a surgir antropotopônimos (referências a nome de pessoa), mas de forma incidental, e também os hagiopotônimos (referências a elemento religioso). Foi em 1846, com uma mudança de um topônimo deste último tipo (no caso, *Rua do Rosário*) por um daquele (*Rua da Imperatriz*), que teria começado a adoção da técnica sistemática de nomeação (DICK, 1996, p. 368-369). Segundo a estudiosa, 43 anos depois, haveria uma “revoada republicana” em que a toponímia que lembrava o regime deposto (a monarquia), foi substituída pela que a vinculava ao novo regime¹⁰ (DICK, 1996, p. 368-369). Foi constatado ainda que, de forma geral, os topônimos que sofreram mudança na área central da cidade, foram quase todos substituídos por antropotopônimos, embora eventualmente ocorresse caso de data histórica (DICK, 1996, p. 372). Em síntese, o percurso histórico da toponímia da cidade de São Paulo passou pelos seguintes períodos:

O século XVI foi, por assim dizer, o tempo do reconhecimento do terreno, quando os caminhos internos da vila se definiam apenas genericamente, pelo designativo comum, sem necessidade de um recurso às fontes motivadoras. Quando, no final do século, começaram a despontar as igrejas quinhentistas, instala-se a tendência de uma orientação geográfica em torno desses referenciais.

Os século[s] XVII e XVIII podem ser considerados períodos formadores propriamente ditos da nomenclatura, principalmente o segundo, quando ocorreu a decadência do bandeirismo e a volta dos sertanistas ao povoado. A toponímia

9 Os autores agradecem a um dos pareceristas anônimos por ter apontado como essa questão se encaixa em um quadro mais geral do processo de colonização linguística por que passou o Brasil (MARIANI, 2018).

10 Tal se verificou também em relação à fase de redemocratização no Brasil já durante o processo de encerramento do período da ditadura militar (1964-1985): não apenas em São Paulo (como no caso da substituição do topônimo Rodovia General Milton Tavares de Souza por Rodovia Professor Zeferino Vaz em 2010), mas também em Belo Horizonte, cujo exemplo mais emblemático foi a substituição do topônimo Rua Dan Mitrioni (Daniel Anthony Mitrione foi policial americano que ministrou treinamento em tortura para agentes da força de segurança brasileiros) por Rua José Carlos Matamachado (José Carlos Novaes da Mata Machado foi líder estudantil morto em 1973 por agentes da ditadura) através da Lei nº 3565, de 17 de maio de 1983 (DUARTE, 2004, v. 1, p. 387-395). Os autores agradecem a um dos pareceristas anônimos por chamar a atenção para o caso paulistano.

que se instala nesses dois séculos é de origem espontânea, retirada dos elementos mais sugestivos ao denominador, de índole descritiva (elementos ambientais) ou associativa (referenciais religiosos, antroponímicos e historio-sociais).

O século XIX, para nós, é a época da transformação, da modificação ou da reformulação do que já existia, em moldes novos; mas também é a época da construção, principalmente se se considerar que é no Oitocentismo que surge a cidade nova, além Anhangabaú, expandindo-se o aglomerado fora dos seus limites tradicionais, entre o Pátio do Colégio e o vale do rio. Aparecem antropotopônimos de origem político-social e fatos relacionados de perto à história pátria, quando também são homenageados paulistas de relevo com[o] os presidentes provinciais, João Theodoro, João Alfredo, conselheiro João Crispiniano Soares. (DICK, 1996, p. 380)

Os padrões apurados por Dick (1996) para a cidade de São Paulo são muito interessantes, porque podem ser relacionados com os da história da cidade de Belo Horizonte. Tendo sido esta cidade integralmente concebida em fins do séc. XIX, a toponímia dela foi originalmente toda planejada, com forte peso antropocultural, e já completamente vinculada à perspectiva republicana, com total ausência de qualquer referência direta ao regime monárquico. Dentre os seus topônimos, já constavam tanto aqueles de origem político-social (como *Avenida Afonso Pena*, com referência ao Presidente do Estado de Minas Gerais entre 1891 e 1894) quanto os relativos a fatos relacionados à história pátria (como *Avenida Álvares Cabral*, *Praça 7 de Setembro*, etc.). Assim, enquanto, no caso da cidade de São Paulo, houve um longo processo de substituição, já no caso da cidade de Belo Horizonte houve uma substituição abrupta e completa dos topônimos do então Arraial do Curral del-Rei (depois, Arraial de Belo Horizonte)¹¹ em função da destruição quase completa¹² de todas as edificações e de todos os logradouros pré-existentes.

Hipótese de trabalho

Tomando como ponto de partida a proposta de Gomes (1992), hipotetiza-se aqui que a reversão toponímica ocorrida com a promulgação da Lei Municipal nº 182, de 13 de outubro de 1919, teria sido motivada pelo fato de *as mudanças promovidas pelas normas anteriores* não estarem em conformidade com os padrões de atribuição de topônimos em que se baseou Aarão Reis na elaboração das plantas da cidade de Belo Horizonte em 1895.

Metodologia

Para testar a hipótese de trabalho desse estudo, fez-se uma análise comparativa entre (a) os padrões de motivação dos topônimos presentes no conjunto documental cartográfico de plantas dos primórdios de Belo Horizonte vinculadas a Aarão Reis e sua equipe e (b) os padrões de motivação dos topônimos presentes nas normas anteriores a 1919.

A descrição dos padrões de motivação dos topônimos presentes no conjunto documental cartográfico de plantas dos primórdios de Belo Horizonte já se encontra pronta, tendo sido elaborada por Cambraia e Seabra (2022). Essa descrição se baseou na análise de topônimos de quatro

¹¹ Os dois únicos topônimos de via pública do antigo arraial que tinham alguma relação com a toponímia da nova capital foram Rua do Comércio (forma conexas a Avenida do Comércio na planta da nova capital, hoje Avenida Santos Dumont) e a Rua General Deodoro (forma conexas a Praça Marechal Deodoro na planta da nova capital). A antiga Rua do Comércio corresponde aproximadamente ao que hoje é o trecho da Rua Espírito Santo entre Rua Guajajaras e Avenida Augusto de Lima, e a antiga Rua General Deodoro corria paralelamente ao longo do que hoje são quarteirões acima da Rua Goiás (no lado oposto ao da Avenida Afonso Pena).

¹² A única edificação ainda existente na cidade e Belo Horizonte que remonta ao Arraial do Curral del-Rei é a em que se encontra o Museu Histórico Abílio Barreto, a qual foi sede da antiga Fazenda do Leitão, construída em 1883.

documentos cartográficos: (a) a *Planta Geral da Cidade de Minas*, na escala 1:4000, na redação presente no registro com a notação SA 203, do Arquivo Público Mineiro (APM); (b) a *Planta Geral da Cidade de Minas*, na escala 1:4000, na redação presente no registro com a notação AI.01.06.00-391, do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH); (c) *Planta Topographica da Cidade de Minas*, na escala 1:4000, presente no registro com a notação CC Dt 06 009, do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB); e (d) a *Planta Geral da Cidade de Minas Organizada sobre a Planta Geodesica, Topographica e Cadastral do Bello Horizonte*, na escala de 1:10000, impressa pela Companhia de Artes Gráficas do Brasil, presente no registro com a notação CC Dt 06 008, do MHAB¹³. Embora essa última planta não seja autógrafa de Aarão Reis (logo, não é uma planta original) e seja datável de 1897, ela representaria a quarta das plantas da cidade apresentadas por Aarão Reis e aprovadas pelo Decreto nº 817, de 15 de abril de 1895, a qual se encontra em localidade desconhecida. Essa descrição dos padrões de motivação se baseou nos modelos taxonômicos de Dick (1990) e Seabra (2016).

Os dados apurados com base nessa análise comparativa também foram articulados com informações sobre a biografia dos dois prefeitos envolvidos Cornélio Vaz de Melo e Afonso Vaz de Melo, uma vez que, pelo fato de as normas mais importantes (de 1917 e de 1919) terem sido promulgadas por eles, certamente devem refletir em maior ou menor grau a visão de mundo de cada um deles (ou seja, sua ideologia). A biografia desses prefeitos foi recuperada a partir dos dados disponibilizados no *Dicionário Biográfico de Minas Gerais: Período Republicano 1889-1991* (MONTEIRO, 1994), obra de referência para o conhecimento de biografias de figuras importantes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário de Minas Gerais.

Apresentação e discussão dos dados

Motivações e mudanças na toponímia da cidade de Belo Horizonte

Segundo apurado por Cambraia e Seabra (2022), no conjunto documental cartográfico que examinaram, há, na zona urbana, um conjunto de 108 logradouros com atribuição de topônimos, os quais apresentam a seguinte distribuição:

Tabela 1. Topônimos da zona urbana de Belo Horizonte por motivação: sistema de 1895.¹⁴

Motivação	Avenidas	Ruas	Praças	Total
1. Historiotopônimos	4	20	13	37 (34,3%)
1.1. Antropotopônimos	[3]	[20]	[4]	[27]
1.2. Datas de evento	[1]	[0]	[9]	[10]
2. Corotopônimos	1	23	2	26 (24,1%)
3. Hidrotopônimos	11	6	0	17 (15,7%)
4. Enotopônimos	0	13	0	13 (12%)
5. Animotopônimos	1	1	4	6 (5,6%)
6. Sociotopônimos	2	0	3	5 (4,6%)
7. Geomorfotopônimos	2	2	0	4 (3,7%)
Total	21	65	22	108 (100%)

Fonte: Adaptada de Cambraia e Seabra (2022, p. 28).

¹³ Imagem digital de cópia desse documento (SA 104, APM) com boa resolução está disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/grandes_formatos/APM%20-%20104/92.jpg.

¹⁴ Historiotopônimos [referência à história do país, a seus personagens ou datas]; antropotopônimos [ref. a nomes de pessoa]; corotopônimos [ref. a nomes de cidade, estados, países, etc.]; hidrotopônimos [ref. a água]; etnotopônimos [ref. a grupos étnicos]; animotopônimos [ref. a áreas do psiquismo humano]; sociotopônimos [ref. a atividades profissionais, a locais de trabalho e a pontos de reunião de um grupo]; e geomorfotopônimos [ref. a relevos]. Colocaram, na tabela, entre colchetes os dados das subcategorias de historiotopônimos, para melhor compreensão de sua distribuição, mas sem os valores em porcentagens, para não sobrecarregar a tabela.

Examinando a evolução histórica da toponímia desse conjunto de 108 logradouros até o presente foi possível verificar que houve três tipos de destino final¹⁵:

- (a) manutenção do topônimo presente no conjunto documental cartográfico considerado;
- (b) substituição do topônimo por outro; ou
- (c) não implementação do logradouro previsto nas plantas e, por consequência, não aplicação do topônimo.

Levando em conta os três tipos de logradouros considerados (avenidas, ruas e praças), tem-se a seguinte distribuição¹⁶:

Tabela 2. Topônimos da zona urbana de Belo Horizonte por destino: 1895-2022.¹⁷

	Avenidas	Ruas	Praças	Total
Manutenção	9 (42,9%) ¹⁸	56 (86,2%)	1 (4,5%)	66 (61,1%)
Substituição	12 (57,1%)	9 (13,8%)	14 (63,6%)	35 (32,4%)
Não aplicação	---	---	7 (31,8%)	7 (6,5%)
Total	21 (100%)	65 (100%)	22 (100%)	108 (100%)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Como se vê, os topônimos atuais representam em grande parte (61,1%) os que lhe foram atribuídos no conjunto documental do início da cidade. Mas a taxa de manutenção é bem diferente levando em conta cada tipo de logradouro: a maior foi na categoria de ruas (86,2%), seguida pela de avenidas (42,9%) e, por fim, pela de praças (4,5%)¹⁹. É possível verificar também que a baixa taxa de manutenção nas praças teve como especial razão o fato de aproximadamente um terço delas não ter sido implementado (seis das praças previstas correspondem atualmente a quarteirões com edificações e uma é espaço sob viaduto).

Dentre os logradouros que apresentaram substituição, há quatro tipos:

(a) substituição pelo topônimo do logradouro de maior extensão que precedia ou seguia o que sofreu mudança²⁰ (2 oc.);

(b) substituição por um topônimo previsto no conjunto documental mas não aplicado pela não implementação do logradouro²¹ (1 oc.);

(c) substituição por um topônimo previsto no conjunto documental e já aplicado a outro logradouro²² (1 oc.); e

¹⁵ Deve-se assinalar aqui que surgiram novos logradouros no interior da zona urbana que não estavam previstos no conjunto documental cartográfico de Reis, mas eles não foram considerados nesta análise.

¹⁶ Esses números se referem à comparação direta entre os topônimos do conjunto documental considerado e os topônimos presentes no logradouro respectivo na atualidade: não foram computados os casos de reversão definitiva. Na discussão desta subseção, adota-se a forma do topônimo presente na planta CC Dt 06 009 do MHAB, aqui uniformizada.

¹⁷ O estado atual dos topônimos desses 108 logradouros foi configurado já na década de 1970, uma vez que a última modificação nesse conjunto se deu com a Lei Municipal no 2072, de 19 de maio de 1972, em que a Rua Itatiaia foi renomeada como Rua Geraldo Teixeira da Costa.

¹⁸ Como a Avenida Araguari corresponde hoje à Rua Araguari, considerou-se que houve a manutenção do nome levando em conta a questão da motivação. Diferentes casos de modificação de apenas uma seção do logradouro, mas manutenção do resto com o nome como no conjunto documental foram classificados como manutenção: isso se aplica à Avenida Cristóvão Colombo, cuja seção final foi renomeada como Avenida Bias Fortes; à Rua Tomás Gonzaga, cuja seção final foi renomeada como Rua Martim de Carvalho; à Rua Felipe dos Santos, cuja seção final foi renomeada como Rua Matias Cardoso.

¹⁹ Apenas a Praça da Liberdade manteve seu nome original.

²⁰ A Rua Jequitinhonha precedia a Rua dos Aimorés e aquela assumiu o nome desta última; e a Rua Nunes Vieira se seguia à Rua Antônio de Albuquerque e assumiu o nome desta última.

²¹ No conjunto documental estava prevista uma Praça Tiradentes na esquina entre Avenida Afonso Pena e Avenida Tocantins (hoje, Avenida Assis Chateaubriant), mas ela não foi implementada. Esse topônimo foi então atribuído, em 09 de julho de 1962, à Praça 21 de Abril que, do conjunto documental, se situava entre Avenida Afonso Pena e Avenida Brasil.

²² No conjunto documental estava prevista uma Praça 7 de Setembro na esquina entre Avenida Afonso Pena e Avenida do Paraúna (hoje, Avenida Getúlio Vargas) e ela foi efetivamente implementada. Mas esse mesmo

(d) substituição por um topônimo até então inexistente no conjunto documental (30 ocs.).

No que se refere à questão da motivação, a maioria absoluta dos topônimos dos casos de substituição passou a ser historiopotônimo da subtaxe antropopotônimo --- 31 dos 34 casos (91,2%) ---, tal como Dick (1996) constatou na história dos topônimos da cidade de São Paulo. As três exceções foram o caso já comentado da Rua Jequitinhonha que passou de hidrotopônimo a etnotopônimo ao assumir o nome de Rua dos Aimorés; o da Avenida 17 de Dezembro, que passou de historiopotônimo a morfopotônimo²³ ao adquirir o nome de Avenida do Contorno²⁴; e o já comentado da Praça 14 de Outubro que continuou como historiopotônimo ao receber o nome de Praça Sete de Setembro. Vê-se, portanto, que o padrão geral de mudança de topônimos na história da cidade de Belo Horizonte é tomar como referência historiopotônimo da subtaxe antropopotônimo.

Mudanças na toponímia da cidade de Belo Horizonte:1908-1919

Tendo em conta os padrões gerais de motivação dos topônimos na história de Belo Horizonte, tanto no conjunto documental examinado, quanto nos topônimos respectivos atuais, pode-se então avaliar como se inserem as mudanças anteriores à lei de 1919 nesse contexto. Como já comentado, as normas anteriores a essa de 1919 tinham realizado 12 mudanças (cf. seção 1) atingindo 11 logradouros, já que duas mudanças se referiram a um mesmo logradouro (a *Rua da Liberdade*). Teriam essas 12 mudanças, segundo aventado por Gomes (1992), “desrespeitado” a coerência da lógica interna da toponímia de Belo Horizonte dada por Aarão Reis?

A atribuição do nome *Avenida João Pinheiro* à *Avenida da Liberdade* está em conformidade com a adoção de antropopotônimos (que já eram maioria no sistema de Reis), sobretudo considerando que João Pinheiro²⁵ tinha sido Presidente do Estado de Minas Gerais em 1890 e entre 1906 e 1908 e já havia homenagem precedente a Presidente do Estado de Minas Gerais: a *Avenida Afonso Pena*²⁶.

Caso semelhante é o de atribuição de *Avenida Silviano Brandão* à *Avenida Carandaí*, pois se trata de antropopotônimo e o homenageado²⁷ foi Presidente do Estado de Minas Gerais entre 1898 e 1902. É curioso que, nesse caso, foi durante o mandato do filho de Brandão como prefeito, entre 1909 e 1910, que se operou essa mudança.

Já o caso da atribuição do nome *Praça Barão do Rio Branco* à *Praça 14 de Fevereiro*, também não se tinha inovação em relação ao fato de ser antropopotônimo, mas se tratava de homenageado²⁸ sem conexão particular com a cidade ou com o estado. No sistema de Reis já havia figuras da história recente de então, relativa ao séc. XIX, com essa característica, como José Bonifácio, Benjamin Constant e Marechal Deodoro. Logo, homenagear o Barão do Rio Branco não constituía propriamente inovação a esse sistema.

Também a atribuição do nome *Praça São João del-Rei* a um entroncamento de ruas não constituiu violação da lógica da toponímia dada por Aarão Reis, porque no seu sistema já havia caso de nome de praça do tipo corotopônimo: havia a *Praça de Belo Horizonte*. Este último nome era

topônimo acabou sendo atribuído informalmente à antiga Praça 14 de Outubro situada entre Avenida Afonso Pena e Avenida do Amazonas, em função da alocação do obelisco em comemoração ao centenário da Independência do Brasil nesta última. Gomes (1992, p. 199) informa não ter encontrado dispositivo legal operando oficialmente essa substituição, mas diz haver documento oficial já contendo esse novo topônimo em 2 de outubro de 1922.

23 Morfopotônimos: ref. a formas geométricas.

24 No próprio ofício de 23 de março de 1895 em que Aarão Reis mandou o conjunto documental cartográfico relativo à nova capital para aprovação, a Avenida 17 de Dezembro já era referida alternativamente como Avenida de Contorno (REIS, 1895, p. 60): “Essa zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas belezas da nova cidade” (itálicos do autor, sublinhado nosso, grafia original).

25 João Pinheiro da Silva (Serro, 16 de dezembro de 1860 — Belo Horizonte, 25 de outubro de 1908).

26 Afonso Augusto Moreira Pena (Santa Bárbara, 30 de novembro de 1847 — Rio de Janeiro, 14 de junho de 1909). Primeiro prefeito eleito por sufrágio universal da cidade.

27 Francisco Silviano de Almeida Brandão (Santana do Sapucaí, 8 de setembro de 1848 — Belo Horizonte, 25 de setembro de 1902).

28 José Maria da Silva Paranhos Jr., Barão do Rio Branco (Rio de Janeiro, 20 de abril de 1845 — Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1912).

homenagem ao arraial em que a cidade foi construída (primeiro *Arraial do Curral del-Rei* e depois renomeado *Arraial de Belo Horizonte*). No caso da homenagem à cidade de São João del-Rei, a justificativa pode ser até semelhante ao da *Praça de Belo Horizonte*, porque a cidade de Várzea do Marçal, um dos distritos da cidade de São João del-Rei, foi uma das cinco candidatas a local para a construção de Belo Horizonte, tal como Paraúna, Barbacena e Juiz de Fora, estas três já contempladas na toponímia do conjunto documental de Reis (*Avenida do Paraúna*²⁹ [hoje, *Avenida Getúlio Vargas*], *Rua de Barbacena* [hoje, *Rua Tenente Brito de Melo*] e *Rua de Juiz de Fora*).

Em relação à substituição de Avenida da Mantiqueira por Avenida Oswaldo Cruz, não se estava diante de um caso de completa inovação, pois se tratava de antropotopônimo e já tinha ocorrência prévia de homenageado sem ligação direta com a cidade ou com o estado. A diferença mais evidente neste caso parece ser o fato de Oswaldo Cruz³⁰ não ter sido político com exercício de cargo executivo, função que tinha sido desempenhada por outros homenageados no sistema de Reis como José Bonifácio [Ministro dos Negócios, 1822; Ministro das Relações Exteriores, 1822-1823], Benjamin Constant [Ministro da Guerra, 1889-1890] e Marechal Deodoro [Presidente do Brasil, 1889-1891] --- e também depois, como o Barão do Rio Branco [Ministro das Relações Exteriores, 1902-1912].

Quanto à substituição de Praça da República por Praça Afonso Arinos, também caso de antropotopônimo, diferentemente do caso precedente, tem-se pessoa pública efetivamente vinculada à cidade (tal como Afonso Pena e Silviano Brandão), pois Afonso Arinos³¹ foi fundador da Faculdade de Direito de Minas Gerais e o logradouro em questão fica justamente na frente do prédio dessa faculdade. Não se trata novamente, porém, de figura política que exerceu cargo executivo. Assim como Oswaldo Cruz, enquadra-se mais no campo da academia.

Em relação à substituição de *Avenida do Parque* por *Avenida Mantiqueira*, ocorreu na verdade uma redistribuição, para preservar esta última forma de topônimo, cujo logradouro respectivo recebeu o nome de *Avenida Oswaldo Cruz* na mesma lei. Certamente de todas as mudanças da lei de 1917, esta é a que menos constituía inovação.

As três demais substituições da lei de 1917 seguem um mesmo padrão: homenagear engenheiros da CCNC. A *Rua da Liberdade* passou a *Rua José de Magalhães*³²; a *Rua Paraibuna* se tornou *Rua Américo de Macedo*³³; e a *Rua Monte Alegre* ficou com o nome de *Rua Bernardo de Figueiredo*³⁴. Embora todos os três tenham tido vínculo com a cidade justamente por causa da CCNC, apenas os dois últimos residiram nela até seu falecimento. É curioso que esses três engenheiros tenham sido homenageados na toponímia antes mesmo de Aarão Reis, chefe da CCNC, que recebeu essa homenagem apenas sete anos depois, através da Lei nº 281, de 03 de outubro de 1924 (antes mesmo de seu falecimento em 1936).

No que tange à mudança de *Rua de Curitiba* para *Rua General Mitre* em 1918, tem-se novamente antropônimo e de pessoa não vinculada à cidade ou ao estado. Este caso é discrepante em relação aos demais de mesmo tipo, porque o homenageado³⁵ tem relação muito tangencial com o Brasil: foi durante seu mandato como Presidente da Argentina (1862-1868) que teve início da Guerra do Paraguai (1864-1870), em que Brasil, Argentina e Uruguai foram aliados contra o Paraguai.

Por fim, o caso de segunda nomeação da *Rua da Liberdade*, mas em 1918, como *Rua Bias Fortes*³⁶ tem-se novamente antropotopônimo com homenageado que foi Presidente do Estado de Minas Gerais entre 1890 e 1891 e entre 1894 e 1898, padrão semelhante, portanto, ao de Afonso Pena, João Pinheiro e Silviano Brandão.

29 Neste caso, o fato de se ter homenageado o Rio Paraúna pode ser considerado como extensível à cidade de Paraúna e, justamente por isso, não se ter considerado necessário empregar novamente o elemento Paraúna.

30 Oswaldo Gonçalves Cruz (São Luiz do Paraitinga, 5 de agosto de 1872 — Petrópolis, 11 de fevereiro de 1917).

31 Afonso Arinos de Melo Franco (Paracatu, 1º de maio de 1868 — Barcelona, 19 de fevereiro de 1916).

32 José de Almeida Magalhães (Pernambuco, 1851 — Campos do Jordão, 1889). Chefe 3ª Seção - 3ª Divisão da CCNC.

33 Américo de Macedo (Paracatu, 1864 — Belo Horizonte, 1912). Chefe 2ª Seção - 4ª Divisão da CCNC.

34 Bernardo Joaquim de Figueiredo (Rio de Janeiro, 1862 — Belo Horizonte, 1904). Chefe 2ª Seção - 3ª Divisão da CCNC.

35 Bartolomé Mitre Martínez (Buenos Aires, 26 de junho de 1821 — Buenos Aires, 19 de janeiro de 1906).

36 Crispim Jacques Bias Fortes (Barbacena, 25 de outubro de 1847 — Barbacena, 14 de maio de 1917).

Em síntese, as doze mudanças na toponímia realizadas pelas normas anteriores à lei de 1919 foram obviamente inovações em relação à toponímia no conjunto documental cartográfico, já que mudaram nomes de logradouros, mas essas mudanças não inovaram em termos de motivação do ponto de vista geral: (a) em dez casos, houve a atribuição de *antropotopônimo*, que era tipo de motivação mais frequente no sistema de Reis; (b) em um caso, operou-se atribuição de *corotopônimo*, tipo que também já estava nesse sistema; e (c) em um outro caso, tratava-se de um *geomorfotopônimo* que já fazia parte desse sistema e foi redistribuído. Sendo assim, *considerando a questão da motivação de forma geral para os topônimos da cidade de Belo Horizonte, não houve “desrespeito” à coerência da lógica interna da toponímia de Belo Horizonte dada por Aarão Reis.*

O fato de a lei de 1919 ter preservado a mudança, ocorrida bem antes, em 1908, de *Avenida da Liberdade* para *Avenida João Pinheiro* é um elemento relevante para discutir a “batalha dos topônimos”. Nessa lei, consta como justificativa para a manutenção dessa mudança o fato de “estar essa avenida ligada à Praça da Liberdade, nome idêntico ao que tem essa avenida na planta aprovada pelo decreto citado” (art. 1º, § ún.). Aparentemente, a questão se trataria de *Liberdade* ser um mesmo elemento de composição em dois logradouros diferentes: *Praça da Liberdade* e *Avenida da Liberdade*. Mas essa justificativa não se sustenta em face dos fatos, porque o nome *Rua da Liberdade* (também com o mesmo elemento *Liberdade*), modificado para *Rua José de Magalhães* em 1917 e novamente para *Rua Bias Fortes* em 1918, não foi preservado pela lei de 1919. Além disso, havia, no conjunto documental cartográfico, *Avenida do Paraibuna* e *Rua do Paraibuna* e justamente esta última também foi modificada em 1917, para *Rua Américo de Macedo*, não sendo, no entanto, preservada pela lei de 1919. A razão da rejeição das mudanças prévias a 1919 certamente não eram, portanto, haver mais de um topônimo com o mesmo elemento de composição.

Considerando que a maioria das mudanças anteriores à lei de 1919 (sete de doze) ocorreram com uma única lei, a de 1917, e que a mudança conjunta nesta data e a reversão conjunta naquela data se devem a dois prefeitos com mandatos consecutivos (Cornélio e, logo em seguida, Afonso) e da mesma família, a compreensão da “batalha dos topônimos” certamente se tornará mais evidente confrontando a história desses dois políticos.

Os dois prefeitos Vaz de Melo

A família Vaz de Melo tinha um vínculo muito antigo com a cidade de Belo Horizonte. Na época do então Arraial do Curral del-Rei, diversos membros dessa família eram moradores da localidade. Foi por iniciativa do capitão José Carlos Vaz de Melo, juiz de paz do distrito, em reunião do Clube Republicano, que houve a primeira proposta de mudança do nome do arraial para *Novo Horizonte* deliberada em 15 de novembro de 1889, a qual foi rejeitada pelo governador João Pinheiro. Ela foi posteriormente substituída pela de mudança para *Belo Horizonte* e, tendo sido aceita, foi oficializada pelo Decreto nº 36, de 12 de abril de 1890 (BARRETO, 1997, v. 1, p. 231-232). Pertenceu a Guilherme Vaz de Melo³⁷ a antiga Chácara do Sapo, que foi onde morou Aarão Reis durante o processo de construção da nova capital, a qual deu origem ao atual Parque Municipal Américo René Gianetti. Curiosamente, os dois prefeitos da cidade com sobrenome Vaz de Melo, embora obviamente membros dessa família, não eram naturais do então Arraial do Curral del-Rei (e nem da nova capital recém-construída sobre ele).

No que se refere a Cornélio Vaz de Melo, as informações biográficas apresentadas por Monteiro (1994, p. 410) são:

Político, médico e professor, nasceu em Uberaba, Província de Minas Gerais, a 10 de janeiro de 1855, e faleceu no Rio de Janeiro, DF, a 8 de setembro de 1942. Filho do engenheiro Fernando Vaz de Melo e de Sofia Adelaide de Andrade Vaz de Melo. Casado com Ernestina Halfeld Vaz de Melo. Formou-se pela FMRJ [= *Faculdade de Medicina do Rio de*

³⁷ Este foi homenageado com a atribuição do nome Praça Cel. Guilherme Vaz de Melo à antiga Praça da Lagoinha (Decreto Municipal nº 32, de 13 de julho de 1935), fora na zona urbana.

Janeiro] em 1884. Voltando para Minas depois de diplomado, clinicou vários anos em Ouro Preto, onde regeu as cadeiras de Anatomia e Botânica da Escola de Farmácia. Como cirurgião do Exército, prestou serviços no 31º Batalhão de Infantaria. Senador Estadual no último ano da 3ª Legislatura (1899-1902), na vaga de Joaquim José Álvares dos Santos e Silva, que falecera, elegeu-se seguidamente para a 4ª, a 5ª e a 6ª Legislaturas (1903-1914). Ao fim do último mandato, renunciou para desempenhar o cargo de Prefeito nomeado de Belo Horizonte, de setembro de 1914 a setembro de 1918. Foi, a seguir, Deputado Federal da 10ª à 13ª Legislaturas (1918-1929). Pertenceu ao PRM [= *Partido Republicano Mineiro*]. Figurou entre os fundadores da Faculdade Livre de Medicina de Minas Gerais, que em 1927 foi incorporada à UMG, tendo ali exercido o magistério e o cargo de Diretor (1918). Atuaram na política seu irmão Carlos Vaz de Melo, seu sobrinho Afonso Vaz de Melo, seus sobrinhos-netos Artur da Silva Bernardes Filho e Carlos Vaz de Melo.

Já quanto a Afonso Vaz de Melo, Monteiro (1994, p. 408) informa:

Prefeito de Belo Horizonte, MG, e engenheiro, nasceu em Ubá, Província de Minas Gerais, no ano de 1883, e faleceu em Belo Horizonte, a 13 de agosto de 1940. Filho de Fernando Vaz de Melo³⁸ e de Laurinda Carneiro Vaz de Melo. Era celibatário. Diplomado como engenheiro de minas, metalurgista e civil pela EMOP [= *Escola de Minas de Ouro Preto*], em 1906, trabalhou na construção do ramal ferroviário de Caeté, MG. Posteriormente, ingressou no quadro técnico da Secretaria Estadual da Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas. A convite do Governo Federal, dirigiu obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamare nos limites do Estado do Amazonas com a Bolívia. De volta dessa missão, serviu na Inspetoria de Estradas de Ferro, no Rio de Janeiro, DF. Exerceu, em seguida, os cargos de Diretor de Obras e de Prefeito de Belo Horizonte durante os Governos Delfim Moreira da Costa Ribeiro e Artur da Silva Bernardes (7/9/16-7/9/22). Foi, ainda, Diretor da Inspetoria de Portos e Canais, no Rio de Janeiro (1922-1928), avaliador do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais S. A., engenheiro fiscal de Leopoldina Railway, professor da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte e consultor técnico de várias empresas de mineração. Por incumbência do Governo Estadual, organizou a exposição estatística de Minas Gerais na Exposição do Centenário da Independência. Era sobrinho dos políticos Carlos Vaz de Melo e Cornélio Vaz de Melo, primo de Carlos Vaz de Melo e de Artur da Silva Bernardes Filho.

Comparando-se os dados biográficos desses dois prefeitos, percebe-se que uma das diferenças fundamentais está na sua área de formação e de atuação: enquanto Cornélio Vaz de Melo era médico, Afonso Vaz de Melo era engenheiro.

Essa diferença é reveladora, pois é capaz de explicar uma das idiosincrasias que se constatou na homenagem com topônimos realizada pela lei de 1917: a homenagem a Oswaldo Cruz. Essa homenagem é de fato a primeira na toponímia de Belo Horizonte que tinha como referência um personagem vinculado à ciência, (mais especificamente, à medicina, mesma área do prefeito

³⁸ Este Fernando Vaz de Melo (filho) era irmão de Cornélio Vaz de Melo, ambos filhos do igualmente chamado Fernando Vaz de Melo (pai).

Cornélio). Embora Cruz não tivesse vínculos pessoais fortes com a cidade, sabe-se que ele veio por mais de uma vez a Minas Gerais (em 1901, 1906 e 1908) e que uma filial do seu Instituto Manguinhos foi fundada em Belo Horizonte em 1907 (hoje, Instituto René Rachou - Fiocruz Minas), além de constar que o próprio Cornélio estava presente na recepção a Cruz pela classe médica realizada na cidade em 15 de abril de 1908 (OSTOS, s.d.). O peso de Cruz nessa homenagem de Cornélio fica ainda mais evidente quando se leva em conta que a lei de 1917 foi promulgada em 3 de abril, ou seja, menos de dois meses após da morte de Cruz, ocorrida em 11 de fevereiro do mesmo ano, enquanto os demais homenageados na mesma lei tinham falecido já há mais tempo (Arinos em 1916, Macedo em 1912, Figueiredo em 1903 e Magalhães em 1889).

No que se refere à homenagem a Afonso Arinos, pode-se identificar um ponto de convergência com a biografia de Cornélio: enquanto aquele foi o fundador da Faculdade de Direito de Minas Gerais (hoje, unidade da UFMG) em 1892, ainda em Ouro Preto, mas transferida para Belo Horizonte em 1898, já este foi o fundador da Faculdade de Medicina de Minas Gerais (hoje, também unidade da UFMG) em 1911. Trata-se, portanto, de acadêmicos que foram, ambos, professores em instituições de ensino superior e, portanto, ligados à produção de conhecimento, fato este que permite, ademais, ver vínculo com a homenagem a Oswaldo Cruz.

Não é possível, no entanto, perceber relação tão clara entre a biografia de Cornélio, médico de formação e de atuação, e sua decisão de homenagear três dos engenheiros da CCNC de uma só vez, sobretudo tendo deixado de fora Aarão Reis, que tinha sido o chefe dessa comissão. Entretanto, Ostos (s.d.) lembra que, quando Cruz veio a Belo Horizonte em 1901, ele ficou hospedado na residência de Bernardo de Figueiredo, um desses engenheiros homenageados: deveria haver, portanto, uma rede mais próxima de relações pessoais que incluía Cornélio e Figueiredo.

Se, por um lado, os dados biográficos são capazes de lançar uma luz sobre a decisão de homenagem com topônimos feita por Cornélio Vaz de Melo, já, por outro, não são tão fáceis de serem relacionados com a reversão promovida por Afonso Vaz de Melo.

Sendo Afonso engenheiro de formação, parece estranho ter decidido revogar homenagem em que não só havia engenheiros como destinatários (três de uma só vez), mas sobretudo engenheiros responsáveis pela própria construção da cidade de Belo Horizonte, sendo que dois dos homenageados optaram por residir nela até seu falecimento.

No sistema de Reis, havia 27 antropotopônimos³⁹, representando personagens históricos, nascidos entre o séc. XV e o séc. XIX. O único homenageado com relação mais próxima à cidade nesse sistema era, na verdade, Afonso Pena, que tinha sido Presidente do Estado de Minas, entre 1892 e 1894, ou seja, justamente dentro do período de trâmite do projeto da nova capital (iniciado em 1891, com a Lei Adicional à Constituição n° 1, determinando o estudo de cinco localidades para a futura capital, e terminado em 1895, com o Decreto n° 817, aprovando o conjunto documental com as plantas da cidade).

Poder-se-ia aventar que, na interpretação de Afonso, só se deveriam homenagear *Presidentes do Estado*, razão pela qual não revogou a homenagem a João Pinheiro (e não para evitar repetição de topônimos com mesmo elemento de composição como alegado no texto na lei de 1919...). Essa análise, no entanto, não dá conta do fato de que ele não poupou da reversão os outros casos de homenagem a Presidentes do Estado (Silviano Brandão, em 1909, e Bias Fortes, em 1918), sendo que, neste segundo caso, a atribuição se deu durante o mandato do próprio Afonso como prefeito.

É possível imaginar então que se estava buscando incorporar um aspecto novo⁴⁰ no sistema de nomeação da cidade: *vinculação espacial entre o logradouro e o homenageado*. João Pinheiro foi Presidente do Estado e o logradouro com que foi homenageado fica justamente na frente do Palácio da Liberdade, sede do governo. Apesar de esse aspecto novo não ser compatível com a mudança de *Avenida do Carandaí para Avenida Silviano Brandão*, pois não parece haver vínculo espacial entre o logradouro e o homenageado, era sim compatível com a mudança de *Rua da Liberdade para Rua Bias Fortes*, pois essa rua ficava nas costas do Palácio da Liberdade e o homenageado

39 Para a lista completa, conferir Cambraia e Seabra (2022).

40 Esse aspecto não fez parte do sistema de toponímia de Reis: embora se tratasse de uma cidade completamente nova, ela foi construída sobre uma já existente (o então Arraial de Belo Horizonte), o que ainda assim permitiria associar espaço e homenageado (como Guilherme Vaz de Melo, dono da chácara que deu origem ao parque), mas nenhum dos moradores do antigo arraial foi homenageado no sistema de Reis.

tinha sido ocupante dessa sede como Presidente do Estado. Então essa segunda análise também não dá conta dos dados de forma integral.

Em vista de tudo que foi discutido, a interpretação que parece mais razoável para a “batalha dos topônimos” nos primórdios da cidade de Belo Horizonte é a de que houve *um embate de fundo ideológico*, relacionado à visão de mundo dos envolvidos.

Cornélio Vaz de Melo, de formação em medicina, quis homenagear principalmente uma figura do campo da ciência (em especial, da própria Medicina), Oswaldo Cruz, já que a lei de 1917 é de menos de dois meses após o falecimento deste, mas esta homenagem feria de certa forma os padrões de toponímia do sistema de Reis, porque eles não incluíam pessoas de área de ciência, por isso o prefeito teria ampliado as homenagens para mais outras figuras, sobretudo aquelas relacionadas à história da cidade (nunca tinha ocorrido um número tão grande de homenageados em uma mesma norma relativa a mudança na toponímia da cidade). Era *uma estratégia para legitimar a inovação de homenagear pessoa que não tinha sido político com exercício de cargo executivo* (as três mudanças anteriores a 1917 só contemplaram esse tipo de figura pública: João Pinheiro, Silviano Brandão e Barão do Rio Branco).

Já Afonso Vaz de Melo, de formação em engenharia, quis anular as mudanças realizadas pelo prefeito precedente, Cornélio, seu tio, porque não concordou com a inovação implementada por este de homenagear pessoa vinculada à ciência. Ao excluir da reversão apenas a mudança de 1908, homenageando João Pinheiro, fez ver, de forma indireta, que considerava que *apenas político com exercício de cargo executivo vinculado à cidade ou ao estado deveria ser homenageado na toponímia de Belo Horizonte* (ainda que o texto da lei alegasse a questão ser evitar repetição de elementos de composição em topônimos...). Pode-se considerar, ademais, que ele estava reforçando a diretriz estabelecida pela Lei Municipal nº 42, de 13 de novembro de 1909, que estabelecia que os homenageados deveriam referir-se “á nossa chorographia ou á nossa historia patria”. Mas sua interpretação era muito peculiar, porque aparentemente apenas políticos fariam parte da “historia patria”, e não cientistas, acadêmicos e engenheiros (mesmo tendo ele lecionado na Escola Livre de Engenharia e tendo sido engenheiro!). De qualquer maneira, a revogação acabou afetando também, colateralmente (mas provavelmente não de forma deliberada) outras mudanças que eram compatíveis como esse critério de *político com exercício de cargo executivo vinculado à cidade ou ao estado* (como as relativas a Silviano Brandão e a Bias Fortes). Vê-se que se trata de uma interpretação muito particular de Afonso em relação ao sistema de Reis, já que este último foi fortemente influenciado pela visão positivista que sustentava o republicanismo do final do séc. XIX, visão na qual o progresso estava intimamente ligado à ciência. No final das contas, o próprio Afonso foi de fato fiel à ideia de manter o conjunto dos topônimos do sistema de Reis, porque, depois do “revogaço” de 1919, novas mudanças só ocorreram a partir de 1923, depois de já terminado, portanto, seu mandato em 1922.

Os efeitos da reversão

A reversão toponímia operada por Afonso Vaz de Melo pela Lei nº 182, de 13 de outubro de 1919, em função de generalidade do texto dessa norma (cf. anexo 2), trazia no bojo certa complicação. Essa lei restabeleceu a toponímia segundo a dita “planta aprovada pelo nº 817, de 15 de Abril de 1895” (art. 1º), mas, como demonstrado por Cambraia e Seabra (2022), o referido decreto aprovou, na verdade, um conjunto documental cartográfico com quatro plantas e, pelo menos, três dessas plantas, que foram examinadas, não apresentam exatamente os mesmos topônimos. Então, na prática, não sabe com clareza quais formas de topônimo teriam sido efetivamente restabelecidas, já que a variação na forma dos topônimos da zona urbana atingia um terço deles (CAMBRAIA; SEABRA, 2022)⁴¹.

Essa reversão foi parcialmente eficaz em termos de resultados, já que, de fato, as mudanças com implementação das atribuições de *Avenida Silviano Brandão, Avenida Oswaldo Cruz, Avenida Mantiqueira, Rua José de Magalhães, Rua Américo de Macedo, Rua Bernardo de Figueiredo, Rua*

41 É interessante salientar que o problema da determinação da forma efetivamente oficializada dos topônimos de Belo Horizonte perdurou por décadas, de maneira que se editou a Lei nº 6370, de 12 de agosto de 1993, com revogação de diversas normas sobre o tema, acompanhada de diversas ratificações de denominações.

General Mitre e Rua Bias Fortes nos logradouros previstos nas normas citadas não se efetivaram. No entanto, no caso da Praça Barão do Rio Branco e da Praça São João del-Rei, a reversão acabou não se aplicando, pois ainda hoje esse é o nome que os respectivos logradouros apresentam. No caso da Praça Afonso Arinos, a reversão se aplicou, mas houve norma posterior (Decreto-Lei n° 134, de 29 de janeiro de 1943) rebatizando o logradouro com esse mesmo nome.

Como visto na Tabela 2 da seção 5.1, os esforços de Afonso Vaz de Melo para manter o conjunto toponímico dado por Reis acabaram sendo “atropelados” pela história, já que a reversão dos topônimos pela lei de 1919 não impediu que, depois, 35 logradouros passassem por mudança, sem necessariamente estar associada a homenagem apenas a político com exercício de cargo executivo vinculado à cidade ou ao estado.

Dentre os oito logradouros com efetiva reversão pela lei de 1919, apenas a Avenida Carandaí e a Rua Monte Alegre mantiveram seu nome de origem. Os seis demais tiveram a seguinte atribuição final: Avenida da Mantiqueira → Avenida Professor Alfredo Balena (Lei n° 161, de 17 de julho de 1950); Avenida do Parque → Avenida do Império (Decreto Estadual n° 7352, de 06 de setembro de 1926) → Avenida Pasteur (Resolução n° 44, de 16 de fevereiro de 1937); Rua da Liberdade → Rua Levindo Lopes (Lei n° 281, de 03 de outubro de 1924); e Rua Paraibuna → Rua Professor Moraes (Resolução n° 4, de 14 de outubro de 1936). Dos homenageados nesses oito logradouros com efetiva reversão, quatro acabaram voltando como topônimos da cidade de Belo Horizonte: um na zona urbana, com Avenida Bias Fortes (Decreto n° 44, de 07 de setembro de 1924); e três fora da zona urbana: Rua Oswaldo Cruz, no bairro Calafate; Rua Américo Macedo, no bairro Gutierrez; e Rua Bernardo Figueiredo⁴², no bairro Serra. Neste último caso, a homenagem também levou em conta o fato de ser morador do respectivo bairro (BEIRÃO, 2012). Apenas José de Magalhães e General Mitre ficaram de fora: o primeiro, talvez por não ter fixado residência na cidade após a conclusão de sua construção; o segundo, por de fato não ter nenhuma relação com a cidade ou com o estado. Curiosamente, apenas um dos dois prefeitos da família Vaz de Melo se tornou topônimo na cidade de Belo Horizonte, apesar de ambos terem sido políticos com exercício de cargo executivo vinculado à cidade: há atualmente a Avenida Afonso Vaz de Melo, no bairro Barreiro.

No curso da história toponímica da zona urbana da cidade de Belo Horizonte, ocorreram mais dois casos de reversão⁴³: (i) a *Praça Belo Horizonte* do sistema de Reis, que tinha recebido o nome de *Praça Floriano Peixoto* (Decreto n° 55, de 20 de dezembro de 1929), teve este último nome modificado para *Praça Olegário Maciel* (Decreto n° 2, de 27 de abril de 1935), com reversão para *Praça Floriano Peixoto* em seguida (Decreto n° 15, de 31 de maio de 1935); e a *Avenida Paraúna* do sistema de Reis recebeu o nome de *Avenida Getúlio Vargas* (Lei n° 37, de 09 de novembro de 1938), mas este foi revertido para o anterior (Lei n° 8, de 15 de março de 1948) e novamente nomeado *Avenida Getúlio Vargas* alguns anos depois (Lei n° 191, de 17 de março de 1951). As razões para essas duas outras reversões são novas histórias a serem investigadas!

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar o processo de reversão toponímica na cidade de Belo Horizonte efetuado pela Lei Municipal n° 182, de 13 de outubro de 1919. A análise teve como fundamento teórico os modelos taxonômicos de toponímia de Dick (1990) e Seabra (2016). Testou-se a hipótese de que a reversão foi motivada pelo fato de as mudanças precedentes na toponímia da cidade, entre 1908 e 1918, não estarem em conformidade com os padrões de atribuição de topônimos de Aarão Reis no planejamento da cidade em 1895. Defendeu-se que a hipótese procede em função de ter havido a inovação de homenagear figura pública vinculada à área da ciência com a Lei Municipal n° 127, de 3 de abril de 1917, tipo de homenagem ainda inexistente no sistema de 1895. Entretanto, foi possível identificar também um embate de fundo ideológico entre os prefeitos

42 Em função da reversão da lei de 1919, Aarão Reis, chefe da CCNC, acabou sendo de fato homenageado antes (já em 1924, ou seja, antes mesmo de seu falecimento) do que Bernardo de Figueiredo, um dos membros da CCNC (não foi possível identificar em que data a atual rua com o nome de Figueiredo tomou essa designação, mas na planta de 1928-1929, da 14ª da Seção da Subdiretoria de Obras, na escala 1:5000, ela ainda não aparece nomeada, logo a atribuição deve ser posterior a essa data).

43 A forma dos topônimos segue aqui as normas que promoveram a respectiva alteração.

que promulgaram de cada uma dessas normas, com oposição entre o acadêmico e o político.

Esses resultados evidenciam que o processo de formação da toponímia urbana é bastante complexo e envolve um componente ideológico nem sempre tão evidente apenas pelo que diz o texto das normas que implementam uma mudança. Este estudo permitiu perceber que é preciso ampliar as estratégias para compreensão do estudo da toponímia, para além dos mapas e das normas: é preciso mergulhar na história social para recuperar as relações existentes entre os agentes envolvidos no processo.

Referências

BEIRÃO, Nereide. **Serra**. Belo Horizonte: Conceito, 2012. (Bh de Cada Um, 22).

BELO HORIZONTE. **Lei nº 127**, de 3 de abril de 1917. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/127/1917>. Acesso: 30 ago. 2022.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 182**, de 13 de outubro de 1919. Muda a denominação de avenidas e ruas. Disponível em: <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/182/1919>. Acesso: 30 ago. 2022.

CAMBRAIA, César Nardelli; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Variação na gênese da toponímia da cidade de Belo Horizonte. **Investigações**, Recife, v. 35, n. 2, p. 1-16, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51359/2175-294x.2022.254329>.

DAUZAT, Albert. **Les noms de lieux**. Paris: Delagrave, 1926.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo**: 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1996.

DUARTE, Betinho. **Rua viva**: o desenho da utopia. 2. ed. Belo Horizonte: Rona, 2004. 2 v. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/livro_ rua_viva_01.pdf e http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/livro_ rua_viva_02.pdf. Acesso: 13 jan. 2022.

GOMES, Leonardo José Magalhães. **Memória de ruas**: dicionário toponímico da cidade de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. [2. ed. rev. Belo Horizonte: Crisálida, 2008]

MARIANI, Bethania de Sousa. *Colonização linguística e outros escritos*. New York: Peter Lang, 2018.

MONTEIRO, Norma de Góis (Coord.). **Dicionário biográfico de Minas Gerais**: período republicano 1889-1991. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1994. 2 v. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/128>. Acesso: 30 ago. 2022.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho. **Oswaldo Cruz em Minas Gerais**: uma presença de muitos sentidos. Belo Horizonte, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cpqrr.fiocruz.br/pg/oswaldo-cruz-em-minas-gerais-uma-presenca-de-muitos-sentidos>. Acesso: 30 ago. 2022.

REIS, Aarão. Offício n. 26 de 23 de Março de 1895, apresentando ao Governo as plantas da cidade. **Revista Geral dos Trabalhos**: Publicação Periodica, Descritiva e Estatistica, Feita com Autorisação do Governo do Estado, Belo Horizonte, v. 2, p. 59-60, 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/339997/160>. Acesso: 30 ago. 2022.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Revelando o patrimônio toponímico de Minas Gerais do período colonial e do joanino: dos registros cartográficos históricos a um atlas digital. **Caletrosópio**, Ouro Preto, v. 4, n. esp., p. 521-546, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/caletrosopio/article/view/3679>. Acesso em: 13 jan. 2023.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Variação e mudança linguística de topônimos. *In*: COSTA, Daniela de Souza Silva; BENÇAL, Dayme Rosane (Orgs.). **Nos caminhos do léxico**. Campo Grande: Ed. da UFMS, 2016.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Atlas Toponímico de Minas Gerais: a caminho de duas décadas de história. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 1, p. 230-249, 2022. DOI: https://doi.org/10.21579/issn.2526-0375_2022_n1_149-161.

Recebido em 27 de agosto de 2022.

Aceito em 11 de outubro de 2022.